



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2021

Senhor Presidente,
Senhoras Vereadoras,
Senhores Vereadores,

Apresentamos a essa Augusta Casa de Leis, para a devida apreciação, o Projeto de Lei Complementar nº 001/2021, que Institui o Programa de Recuperação de Crédito Fiscal 2021 e estabelece normas de parcelamento administrativo de créditos de qualquer natureza do município de São Gabriel do Oeste e dá outras providências.

O Projeto de Lei ora proposto visa oportunizar aos contribuintes inadimplentes com o nosso Município uma possibilidade de regularizar sua situação fiscal junto ao fisco municipal ofertando diferenciados descontos no que tange a juros e multa além de novas possibilidades de parcelamentos, com observância das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias em vigor.

Não é demais lembrar, que a situação financeira da Administração Pública em Geral exige a adoção de medidas que permitam o implemento da arrecadação e crescimento das receitas, sendo o parcelamento administrativo uma das possibilidades previstas em Lei.

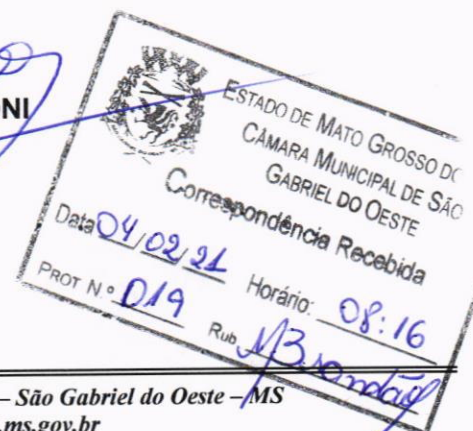
Em cumprimento aos requisitos impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal quando da concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, segue, anexo a esta mensagem, o competente demonstrativo de impacto financeiro e orçamentário.

Na certeza do elevado espírito público que norteia os nobres vereadores nos interesses dos munícipes de São Gabriel do Oeste, solicitamos a aprovação do Projeto de Lei em epígrafe, reiterando nesta oportunidade, nossa alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


JEFERSON LUIZ TOMAZONI
PREFEITO MUNICIPAL

Exmo. Senhor.
VEREADOR FERNANDO NAPP ROCHA
Presidente da Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DEMONSTRATIVO DE IMPACTO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

1 – Introdução

O Artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) exige que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deve se fazer acompanhar de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, além de atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

“I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.”

2 – Atendimento ao caput e do inciso I do art. 14 da LC 101/2000:

Conforme levantamentos realizados, a concessão de anistia da multa e juros de mora incidentes sobre os créditos tributários mencionados neste projeto de lei não resultará em impacto orçamentário-financeiro negativo no ano de sua entrada em vigor, e nem nos dois seguintes, eis que as previsões de receitas foram estimadas já levando em consideração alterações na arrecadação de juros e multa da dívida ativa dos tributos e dívida ativa dos tributos, conforme demonstramos:

Demonstrativo da arrecadação 2019 a 2020:

DESCRIÇÃO	RECEITA REALIZADA 2019	RECEITA REALIZADA 2020
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS	522.305,01	713.566,02
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	1.397.391,51	1.144.333,24
TOTAL	1.919.696,52	1.857.899,26